

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.730 - PR (2019/0232271-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES E OUTROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - AL001109
PAULO EDUARDO AFFONSO FERREIRA - RJ082334
LEONARDO LYRIO DE FREITAS - RJ143413
CAROLINA LUIZA DE LACERDA ABREU - DF018074
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : PAULO ROBERTO GOMES FERNANDES

DECISÃO

01. Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de **PAULO ROBERTO GOMES FERNANDES**, contra v. acórdão proferido pelo e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em julgamento de agravo regimental nos autos da Apelação Criminal n. 5024266-70.2017.4.04.7000/PR.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos e 3 (três) meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 140 (cento e quarenta) dias-multa, pela prática dos delitos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, ocasião em que lhe foi concedido o direito de recorrer em liberdade, mantidas as medidas cautelares impostas no curso da ação penal.

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de apelação, pendente de julgamento, oportunidade em que foi requerida autorização de viagem ao exterior, indeferida pelo e. Desembargador Federal relator, em decisão monocrática, e pela 8ª Turma do e. Tribunal de origem, em agravo regimental.

Sustentam os impetrantes que o paciente, sócio majoritário e fundador da empresa **LIDERROLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPORTES**, precisa estar presente às reuniões técnicas agendadas no exterior para apresentação das soluções tecnológicas oferecidas aos seus potenciais clientes.

Superior Tribunal de Justiça

Alegam que a aludida empresa atualmente negocia o fornecimento de sua tecnologia e produtos a pelo menos 7 (sete) grandes obras internacionais, negócios que estariam sendo prejudicados pela ausência do paciente em eventos comerciais.

Salientam que a presença do paciente, CEO e fundador da empresa, em eventos internacionais tem se mostrado cada vez mais imprescindível para a continuidade dos negócios, notadamente no cenário de estagnação da economia nacional.

Argumentam que a mencionada empresa é comprovadamente séria e bem conceituada no Brasil e no exterior e que conta com centenas de empregados em seus quadros. Ponderam haver risco de encerramento de suas atividades caso não seja flexibilizada a mobilidade do paciente, seu principal representante legal, inventor e responsável técnico por suas patentes.

Aduzem que o paciente encontra-se impedido de viajar ao exterior por aproximadamente 2 (dois) anos, inexistindo justificativas concretas para a perpetuação da impossibilidade de ausentar-se do país por períodos curtos e determinados e sempre mediante autorização judicial, notadamente porque está em liberdade sob fiança no elevado valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exatamente para garantir a aplicação da lei penal.

Sublinham que o paciente jamais praticou algum ato que demonstrasse a intenção de não se submeter aos efeitos de eventual confirmação do édito repressivo, uma vez que continua trabalhando em sua empresa, sempre compareceu aos atos processuais e possui advogados constituídos.

Afirmam que, autorizado judicialmente, o paciente viajará sozinho, deixando sua empresa e sua família no país, circunstâncias que demonstrariam sua intenção de retornar ao Brasil.

Requerem, liminarmente, a suspensão dos efeitos da medida cautelar de proibição de realização de viagens ao exterior e de retenção do

Superior Tribunal de Justiça

passaporte do paciente, e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja revogada, permitindo-se-lhe realizar viagens profissionais ao exterior nas circunstâncias relatadas e mediante as condições que venham a ser estabelecidas pela autoridade impetrada.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 1.200-1.202.

O Ministério Público Federal, às fls. 1.206-1.207, manifestou-se pelo não cabimento do **habeas corpus**, em parecer com a seguinte ementa:

"HC

CONTRA AgRg na ACR nº 5024266-70.217.4.04.7000.
(CP- art. 333, Lei nº 9.613/1998- art. 1º, caput. V)

AUTOS REDISTRIBUÍDOS - RI/STJ - art. 72, II. Relator para o HC Min. Jorge Mussi.. Rei da Lava-jato no STJ, Min. Felix Fischer.

HC. Não cabimento.

MEDIDA CAUTELAR DE PROIBIÇÃO DE VIAGEM AO EXTERIOR / RETENÇÃO DE PASSAPORTE. Mobilidade do Paciente restringida. Pela observância.

RISCOS EMPRESARIAS DECORRENTES DE CONDUCTA TIDA POR CRIMINOSA. CEO e fundador de empresa de suportes dinâmicos e permanentes para Pipelines. Não preparação de substituto para eventualidades. REUNIÕES PRESENCIAIS. Progresso da telecomunicação.

EMPRESA GRANDE. Com centenas de empregados que poderiam apresentar a Tecnologia "on-line". Se pequena empresa, possibilidade, também.

FIANÇA. Possibilidade de cumulação com outras medidas cautelares, questão relacionada a lei penal.

APn nº 5024266-70.2017.4.04.7000/ PR - com sentença condenatória sujeita a ACr.

Pelo não cabimento do Habeas Corpus."

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do **habeas corpus**, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Superior Tribunal de Justiça

Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do **mandamus**, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão, ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

No ponto vale colacionar os seguintes julgados:

“PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PECULATO (ART. 312, § 1º, CP). INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE EXAME DAS ALEGAÇÕES. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE LIAME SUBJETIVO E DE DOLO DIRETO. EXAME APROFUNDADO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NO WRIT. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento do writ, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Doutrina e jurisprudência entendem que o habeas corpus, por constituir ação mandamental cuja principal característica é a sumariiedade, não possui fase instrutória, vale dizer, a inicial deve vir acompanhada de prova pré-constituída que possibilite o exame e a verificação da apontada flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido” (HC n. 372.272/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 24/10/2017).

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUALIDADE DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E PETRECHOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a

Superior Tribunal de Justiça

possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. *A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

[...]

7. *Habeas corpus não conhecido*” (HC n. 409.938/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 16/10/2017).

“PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. QUANTIDADE DA DROGA UTILIZADA PARA MODULAR A FRAÇÃO DE REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. REGIME PRISIONAL. PENA INFERIOR A QUATRO ANOS. QUANTIDADE DO ENTORPECENTE. MODO SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. *Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

[...]

7. *Habeas corpus não conhecido*” (HC n. 412.593/PE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 17/10/2017).

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA (ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06). QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. DEDICAÇÃO DA RÉ À ATIVIDADE CRIMINOSA. REEXAME DE PROVAS. PENA SUPERIOR A 4 E INFERIOR A 8 ANOS. REGIME FECHADO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ART. 42 DA LEI N. 11.343/06 E ART. 33, § 3º, DO CÓDIGO PENAL – CP. SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. PENA SUPERIOR A 4 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. *Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a*

Superior Tribunal de Justiça

existência de eventual constrangimento ilegal.

[...]

Habeas corpus não conhecido” (HC n. 415.669/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 17/10/2017).

Portanto, não se está vedando a utilização do remédio constitucional, mas, unicamente, vinculando a extensão do âmbito de cognição à regularidade da via eleita, atrelando-se, diretamente, à presença ou não de coação ilegal.

No presente **mandamus**, a Defesa sustenta a ilegalidade da manutenção da medida cautelar de proibição de ausentar-se do país.

Para melhor delimitar a controvérsia, colaciono o seguinte excerto do v. acórdão impugnado, **in verbis** (fls. 297-304):

"1. Em decisão lançada no evento 44 dos autos, o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto indeferiu o pedido de viagem ao exterior nos seguintes termos:

'Peticona a defesa de PAULO ROBERTO GOMES FERNANDES no evento 35 requerendo autorização para que possa viajar a Calgary - Canadá, para participar da Bienal da 'Internationa! Pipeline - Conference & Exhibition', na condição de sócio e criador da empresa Liderroll Indústria e Comércio de Suportes, no período de 20 de setembro a 04 de outubro do corrente ano.

Afirma que a Liderroll possui notória reputação no mercado internacional e foi criada em 2007 como empresa de soluções de engenharia inovadora, principalmente em relação à inédita tecnologia de roletes, criada pelo requerente. Argumenta que recentemente uma nova patente foi reconhecida e concedida pelo governo do Canadá, fato este que motivou o pedido em tela, bem como que a presença do apelante em eventos internacionais é imprescindível para a continuidade dos negócios da empresa. Salienta que a viagem tem caráter estritamente profissional e itinerário definido, sendo que PAULO ROBERTO viajará sozinho, deixando toda a sua família a sua espera na cidade do Rio de Janeiro, o que demonstra a intenção de retornar e afasta qualquer risco de subtrair-se a aplicação da lei penal, além de nunca ter residido no exterior e não ter dupla cidadania. Diz, por fim, comprometer-se a restituir pessoalmente o passaporte tão logo retorne da viagem ao território nacional. Com vista dos autos, o representante do Ministério Público Federal manifestou-se contrariamente ao pedido, nos seguintes termos (evento 42):

Compulsados os autos, verifica-se que, ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva do apelante Paulo Roberto Gomes Fernandes (decisão de 11/04/2017, evento 10 do processo 5010964- 71.2017.4.04.7000). Após, no processo 5032867-65.2017.4.04.7000, por decisão proferida em 19/09/2017, a prisão preventiva de Paulo Roberto Gomes Fernandes foi substituída por medidas cautelares alternativas, nos seguintes termos (evento 20):

Superior Tribunal de Justiça

'Paulo Roberto Gomes Fernandes e Marivaldo do Rozário Escalfoni são acusados pelos crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro na ação penal 5024266-70.2017.4.04.7000. Ambos tiveram a prisão preventiva decretada, a requerimento da Polícia Federal e do MPF, no processo 5010964-71.2017.4.04.7000/PR, em 12/04/2017 (evento 10). A prisão foi efetivada em 04/05/2017 (evento 61).

Foram em seguida denunciados na ação penal 5024266-70.2017.4.04.7000 por crimes de corrupção e de lavagem.

Nela, faltam a oitiva de uma testemunha de defesa e o interrogatório dos acusados, designados para 05, 10 e 13 de outubro.

Neste pedido, ambos pleitearam a revogação da preventiva e a sua substituição por medidas cautelares alternativas.

Deneguei o requerido, conforme decisão do evento 12.

Revendo os autos, entendo que é viável substituir a preventiva por medidas cautelares alternativas.

A prisão, em relação a eles, teve presente em especial o risco à instrução, ilustrado por episódio relatado por acusado colaborador de destruição de provas.

Considerando, porém, que já foram realizadas buscas e apreensões nos endereços dos acusados e de suas empresas, e que já foram ouvidas a quase totalidade das testemunhas na referida ação penal 5024266-70.2017.4.04.7000, reputo viável no presente momento substituir a prisão preventiva por medidas cautelares alternativas.

O risco à instrução não foi de todo afastado, mas foi minorado, assim como o risco de reiteração delitiva.

Assim, revendo a decisão do evento 12, substituo a prisão preventiva de Paulo Roberto Gomes Fernandes e Marivaldo do Rozário Escalfoni pelas seguintes medidas cautelares alternativas:

a - compromisso de comparecimento a todos os atos do processo;

b - proibição de deixarem o país, devendo entregar seus passaportes em Juízo se já não o fizeram;

c - proibição de mudança de endereço sem autorização do Juízo;

d - proibição de contatos, direta ou indiretamente, de ambos com os demais acusados e com as testemunhas de acusação na ação penal 5024266-70.2017.4.04.7000;

e - proibição pelos acusados e de suas empresas da realização de saques em espécie de valor igual ou superior a dez mil reais em suas contas bancárias;

f - proibição de celebrarem, diretamente ou por intermédio de sua empresa, contratos de consultoria com empresas fornecedoras da Petrobrás; e

g - fiança correspondente aos valores bloqueados no processo 5010964-71.2017.4.04.7000 em nome de Paulo Roberto Gomes Fernandes, Marivaldo do Rozário Escalfoni, Akyzo - Assessoria & Negócios Ltda. e Liderroll Indústria e Comércio de Suportes.

As proibições constantes em 'e' e 'f' visam diminuir risco de reiteração delitiva considerando o modus operandi descrito na denúncia.

Esclareço que a proibição em 'f' não constitui óbice à contratação da Liderroll para fornecimento de roletes, mercadorias ou para serviços relacionados estritamente a esse fornecimento à Petrobrás ou a outras empresas.

Já a fiança, sempre que possível, deve ser exigida já que vincula o

Superior Tribunal de Justiça

acusado ao processo, garantindo a aplicação da lei penal e igualmente a recuperação do produto do crime ou a indenização dele decorrente no caso de condenação. (...)'

Em sentença prolatada nos autos da Ação Penal n° 5024266-70.2017.404.7000, o requerente foi condenado às penas de 14 anos e 3 meses de reclusão e multa pela prática dos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Conforme consta no item 512 da r. sentença, foram mantidas as medidas cautelares impostas na fase de apelação (evento 539 do processo originário).

Nos autos do processo n° 5010964-71.2017.4.04.7000/PR, a defesa de Paulo Roberto Gomes Fernandes já havia postulado autorização para empreender referida viagem (evento 325), o que foi indeferido pelo Juízo a quo, nos seguintes termos (evento 329):

'A Defesa de Paulo Roberto Gomes Fernandes informa que o condenado foi convidado a participar de dois eventos internacionais, na qualidade de representante da Liderroll, um na China entre 05 a 19 de junho, e um no Canadá, entre 20 de setembro a 04 de outubro, ambos no ano corrente.

Requer, assim, autorização para empreender as viagens. Ouvido, o MPF foi contrário ao pedido (evento 328).

A Defesa já havia solicitado recentemente a devolução de seu passaporte, pleito que restou indeferido de plano nos seguintes termos (evento 315):

'Quanto à pretensão de liberação do passaporte de Paulo Roberto Gomes Fernandes, ela esbarra na medida cautelar a ele imposta em substituição da preventiva, com a qual ele aliás concordou expressamente, e não faria sentido revogar a proibição em fase de apelo, após condenação a catorze anos e três meses de reclusão por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Há um risco óbvio à aplicação da lei penal. Então essa pretensão que fere o compromisso anteriormente assumido, deve ser indeferida de plano'.

Insiste a Defesa agora na obtenção de autorização para empreender duas viagens internacionais.

Em que pesem as alegações da Defesa, não é viável o atendimento do seu pleito.

A prisão preventiva de Paulo Roberto Gomes Fernandes foi substituída, em decisão proferida em 19/09/2017, nos autos de n° 5032867-65.2017.404.7000, pelas seguintes medidas cautelares alternativas (evento 20): (...)

Na sentença proferida na ação penal n° 5024266-70.2017.404.7000, as medidas cautelares impostas ao condenado foram mantidas (item 512 da sentença).

Ora, se Paulo Roberto Gomes Fernandes, na ocasião, concordou expressamente com a substituição da prisão cautelar pelas medidas cautelares impostas, dentre as quais proibição de deixar o país, não há como, agora, após juízo de certeza quanto ao cometimento de crimes e condenação a uma pena acima de catorze anos, flexibilizar as medidas com base no interesse econômico privado do condenado.

Assim, indefiro o pedido de autorização para realizar viagens internacionais formalizado pela Defesa de Paulo Roberto Gomes Fernandes.'

Nesse contexto, o pleito merece ser indeferido, pois o requerente comprometeu-se a cumprir as referidas medidas cautelares, sob pena de renovação da prisão cautelar, conforme consta no alvará de soltura e no termo de compromisso assinados de próprio punho (evento 36 - autos n° 5032867-65.2017.404.7000).

Além disso, a despeito da alegação de que sua participação no referido

Superior Tribunal de Justiça

congresso seria imprescindível para a continuidade dos negócios da LIDERROLL, a condição de réu condenado em processo crimina! submete o requerente a privações de liberdade, ainda que em caráter cautelar e parcial (proibição de deixar o País, mudar de endereço etc).

Essas privações são decorrências naturais do processo criminal sofrido, no qual foi afirmada a culpa do requerente, e tem fundamento em todos os riscos já alegados pelo Ministério Público Federal nos requerimentos de prisão cautelar e de conversão da prisão em preventiva. Risco reforçado agora com condenação do requerente em primeira instância e diante da iminência do julgamento dos recursos de apelação que podem determinar a execução imediata da pena (em regime fechado).

Portanto, em que pesem as alegações defensivas, no atual momento do processo, a autorização de viagem significaria potencializar um risco desnecessário, ainda que eventual, de não se assegurar a aplicação da lei penal, pois não há certeza do retorno do acusado ao território brasileiro.

Com efeito, as medidas alternativas de proibição de deixar o país e entrega do passaporte foram determinadas pelo magistrado, dentre outras, como substitutivas à prisão preventiva e com relação as quais houve concordância expressa do requerente.

Ademais, observa-se da ação penal originária que PAULO ROBERTO GOMES FERNANDES foi condenado pelo magistrado a quo às penas de 14 anos e 03 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática de (a) quatro crimes de corrupção ativa pelo pagamento de vantagem indevida a executivos da Petrobrás, em razão do cargo destes na Estatal, nos contratos envolvendo a montagem do Gasoduto Catu-Pilar, a construção do Terminal Flexível para GNL da Baía da Guanabara, a construção civil do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho e a construção do próprio Terminal Aquaviário de Barra do Riacho; e de (b) cinco crimes de lavagem de dinheiro pela ocultação e dissimulação do produto de crimes de corrupção através da simulação de contratos de prestação de serviços, da estruturação de transações financeiras e através de operações de compensação envolvendo contas no exterior.

Nesse contexto, havendo risco concreto à aplicação da lei penal, é descabida a pretensão do requerente de autorização para realização de viagem internacional.

Assim, nos termos da manifestação ministerial, indefiro o pedido formulado na petição do evento 35.'

Com efeito, devidamente fundamentada a decisão ora agravada e não revelada nenhuma flagrante ilegalidade, não vejo como reconsiderá-la para deferir viagem ao exterior para participação de eventos comercial.

2. É oportuno anotar que a ausência de participação em eventos anteriores, como indicado pela defesa, não tem o condão de modificar a compreensão sobre o tema, porquanto irrelevantes para o exame do presente caso, além de ter aportado neste Tribunal qualquer pedido ou irresignação semelhante relativamente a outros eventos.

A pedido da defesa, a prisão preventiva foi substituída por cautelares diversas, dentre elas, a proibição de ausentar-se do país com entrega do passaporte em juízo. Na ocasião, houve concordância do agravante, tendo firmado termo de compromisso que se encontra juntado ao evento 36 (ALVSOLTURA1).

Idêntico requerimento, incluindo autorização para a viagem ora tratada (evento 325), já fora levada ao exame do juízo de primeiro grau nos autos do Pedido de

Superior Tribunal de Justiça

Prisão Preventiva nº 5010964-71.2017.4.04.7000, e por ele indeferido (evento 329). Tal circunstância, que poderia inclusive levar ao não conhecimento do pedido por supressão de instância, sequer foi mencionada no requerimento de autorização protocolado diretamente nesta Corte.

3. Vale referir que as medidas cautelares diversas fixadas englobam e foram reafirmadas na sentença proferida na Ação Penal nº 5024266-70.2017.404.7000, na qual o requerente foi condenado às penas de 14 anos e 3 meses de reclusão e multa pela prática dos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

Firmada a responsabilidade criminal do agravante e análise dos fatos em cognição exauriente, ainda que a sentença esteja sujeita a recurso de apelação, não há modificação sensível que autorize a relativização das cautelares impostas como substitutivas à prisão. Sobre semelhante questão, recente precedente deste Colegiado:

HABEAS CORPUS. 'OPERAÇÃO LAVA-JATO'. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. MEDIDAS ALTERNATIVAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO. ADEQUAÇÃO LEGAL. ARTIGOS 312 E 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUTONOMIA. I. Tratando-se de medidas alternativas à prisão perfeitamente adequadas à previsão do art. 319 do Código de Processo penal e com supedâneo no art. 282 do Código de Processo Penal, não se há de falar em constrangimento ilegal, notadamente o dever de comparecer em juízo e a proibição de ausentar-se do país, medidas corriqueiras na prática processual penal. 2. Não se há de falar em ilegalidade do ato que fixou condições à liberdade do paciente, diante da existência de indicativos em cognição sumária de envolvimento do paciente em crimes de lavagem de dinheiro, porquanto há boa prova de materialidade e indícios de autoria. 3. É possível estabelecer medidas que se revelem mais adequadas aos fatos e aos acusados, porquanto não meramente substitutivas da prisão, mas autônomas Hipótese em que a proibição de ausentar-se do país e a determinação de entrega de passaporte não se mostra desproporcional, mas, sim, em consonância com os elementos carreados investigação. 4. Inexistente qualquer aleração nas circunstâncias alegadas pela própria defesa quando do pedido e deferimento da substituição de prisão preventiva por medidas cautelares diversas - dentre elas a proibição de ausentar-se do país com entrega de passaporte - não merece acolhida pedido posterior incompatível com a pretensão já deferida. 5. Ordem de habeas corpus denegada. (TRF4. HABEAS CORPUS ¹ 5025492-27.2018.404.0000, 8ª Turma. rei. Juíza Federal BIANCA GEÓRGIA CRUZ ARENHART, julg. em 09/08/2018).

Ademais, considerando que a questão foi definida pelo juízo de primeiro grau que indeferiu o afastamento para o evento de Calgary, pelas mesmas razões aqui indicadas e, que ao Tribunal somente compete examinar diretamente questões relacionadas à execução de seus julgados originários, é de duvidoso conhecimento o requerimento nesta Corte formulado.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

É o voto." (fls. 297-304, grifou-se).

Pois bem. Verifica-se, no presente caso, que a prisão preventiva do paciente foi inicialmente decretada nos autos do Processo n. 5010964-71.2017.4.04.7000, em 11/4/2017. Posteriormente, em decisão proferida em 19/9/2017, nos autos do Processo n. 5032867-65.2017.4.04.7000,

Superior Tribunal de Justiça

a segregação cautelar foi substituída por medidas cautelares alternativas, dentre as quais a proibição de ausentar-se do país, visto que, embora não de todo ausentes, os riscos à instrução criminal e de reiteração delitiva haviam sido mitigados com o avançar da marcha processual.

No bojo da Ação Penal n. 5024266-70.2017.4.04.7000, o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos e 3 (três) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e ao pagamento de 140 (cento e quarenta) dias-multa, pela prática de quatro crimes de corrupção e cinco crimes de lavagem de capitais. Na oportunidade, as medidas cautelares então vigentes foram mantidas.

Desde então, como registrado pelo e. Tribunal de origem, não houve alteração significativa no substrato fático-processual dos autos. Com efeito, o pedido de realização de viagens internacionais, sob o argumento da necessidade de o paciente acompanhar e supervisionar negócios que suas empresas mantêm no exterior, já fora suscitado em diversas ocasiões anteriores, não tendo a Defesa, todavia, em nenhuma delas demonstrado a imprescindibilidade da revogação da medida.

Ademais, com a formação de culpa e a responsabilização criminal do agente em sentença condenatória, que lhe impôs a pena de **14 (quatorze) anos e 3 (três) meses de reclusão**, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, acentua-se ainda mais o risco, embora eventual, à aplicação da lei penal e à efetividade da jurisdição penal nacional.

A jurisprudência desta Corte Superior orienta-se para afirmar que se o acusado permaneceu preso durante toda a instrução processual, não deve ser permitido que recorra em liberdade, uma vez que, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada sua soltura depois da condenação. Por oportuno:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO INTERESTADUAL DE ENTORPECENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EM LIBERDADE INDEFERIDO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA, QUANTIDADE E

Superior Tribunal de Justiça

VARIEDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO E REGIME PRISIONAL FECHADO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. A prisão preventiva foi adequadamente mantida pelo Magistrado sentenciante e pela Corte Estadual, ante a demonstração, com base em elementos concretos, da gravidade concreta da conduta e da periculosidade do agente, evidenciada pela natureza, quantidade e variedade de drogas apreendidas - aproximadamente 780kg de maconha, 2kg de haxixe e 9kg de skank -, bem como pelas circunstâncias do delito, uma vez que o réu foi flagrado transportando os entorpecentes do estado de Mato Grosso do Sul até São Paulo, em um veículo furtado, com sinal identificador adulterado, o que revela risco ao meio social, recomendando-se a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública.

4. Tendo o paciente permanecido preso durante toda a instrução processual, não deve ser permitido recorrer em liberdade, especialmente porque, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada sua soltura depois da condenação em Juízo de primeiro grau.

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do recorrente, por si só, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

6. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

7. As questões atinentes à aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas e ao regime prisional fixado não foram submetidas ou apreciadas pelo Tribunal de origem, o que obsta a sua

Superior Tribunal de Justiça

análise direta por esta Corte Superior, sob pena de se incorrer em indesejável supressão de instância.

8. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 494.829/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe 27/9/2019, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. APARENTE RENITÊNCIA. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECORRENTE QUE RESPONDEU PRESO A TODA A AÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA DE 9 ANOS, 7 MESES E 22 DIAS DE RECLUSÃO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. *A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime. Precedentes do STF e STJ.*

2. *No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada (i) pela gravidade concreta do crime (roubo à residência mediante ameaça exercida com arma de fogo) e (ii) pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto, ao que tudo indica, o grupo atua na prática de delitos graves, reiteradamente. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.*

3. *Além disso, nos termos do entendimento da jurisprudência desta Corte, tendo o paciente permanecido preso durante todo o andamento da ação penal, não faria sentido, ausentes alterações nas circunstâncias fáticas, que, com a superveniência da condenação, lhe fosse deferida a liberdade.*

4. *Recurso desprovido.*" (RHC 112.807/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 10/9/2019, grifou-se).

Da mesma forma, se o paciente, no curso da instrução, esteve submetido a medidas cautelares alternativas, como a proibição de ausentar-se do país, não há motivo para que, ausente fato novo significativo e presentes as mesmas circunstâncias que a motivaram, havendo, inclusive, sentença que o condenou a pena em regime inicial fechado, sejam revogadas as medidas

Superior Tribunal de Justiça

constitutivas, as quais, por essas razões, ainda se fazem necessárias para a adequada tutela do processo penal.

À luz dessas considerações, não vislumbro constrangimento ilegal no v. acórdão guerreado que justifique a concessão da ordem de ofício.

03. Ante o exposto, não conheço do habeas corpus.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator